

**Fátima Santos**

---

**Assunto:** FW: Fwd:  
**Anexos:** forte de são joão batista.docx

**De:** João Borges da Costa de Sousa Mendes [<mailto:jmsmendes1@gmail.com>]

**Enviada:** 3 de março de 2017 11:35

**Para:** Renata Botelho <[rcbotelho@alra.pt](mailto:rcbotelho@alra.pt)>

**Assunto:** Fwd:

Ex.ma Senhora Deputada Renata Correia Botelho  
Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais

Conforme solicitado por ofício de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> remeto-lhe o Parecer do Instituto Histórico da Ilha Terceira sobre o Forte de São João Baptista da ilha de Santa Maria.

O referido Parecer foi elaborado pelo Sr. Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria, sócio honorário do Instituto Histórico, e especialista nas fortificações dos Açores.

Com os meus cordiais cumprimentos.

João Maria Mendes, JCD

Presidente da Mesa do IHIT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: <b>736</b>	Proc. n.º 45.10.01
Data: 6/11/03, 03	N.º 1.1X1

## P A R E C E R

Assunto: Recuperação e Preservação do Forte de São João Batista, na Ilha de Santa Maria

O Instituto Histórico da Ilha Terceira não tem nem conhece qualquer estudo específico sobre o forte de São João Batista, da ilha de Santa Maria.

### CONTUDO:

No século XV, apenas temos conhecimento de ter sido erguido o Castelo dos Moinhos, em Angra (do Heroísmo), e levantada a muralha da Praia (da Vitória), no contexto da disputa entre Portugal e Castela pelo controlo marítimo sobre o Atlântico, que precedeu tratado de Tordesilhas. Construções de tipologia medieval, nascidas ainda no domínio da neurobalística. Seria anacrónico e insustentável, sem fundamento histórico ou suporte social, conceber para os Açores um sistema de defesa suportado por fortes marítimos, guarnecidos de artilharia pirobalística.

Devido á sua localização geográfica, a conquista dos Açores por nação estrangeira nunca foi uma questão seriamente equacionada. Servindo de apoio logístico às rotas atlânticas intercontinentais, era no mar que se fazia a guerra, ou o corso. A escala nas ilhas só era ditada por imperativos de apoio aos navios mercantes portugueses e espanhóis, sem capacidade para, sem ela, passarem ao largo: a paragem num dos portos açorianos só potenciava o encontro com os corsários, que por estas alturas esperavam esses transportes.

O corso só em meados do século XVI começa a tornar-se uma ameaça efetiva nos mares dos Açores. É então que a Coroa desencadeia a organização militar das duas principais ilhas – São Miguel e Terceira –, e a fortificação dos portos de Ponta Delgada, Angra e Horta, nomeadamente, com a construção dos fortes de São Brás, São Sebastião e de Santa Cruz, respetivamente, aqueles com melhores condições para recolher ao abrigo dos corsários os navios que os demandavam. Mais que para proteção das populações açorianas, foi em função e na lógica da defesa das rotas marítimas do comércio transoceânico que esses portos foram fortificados.

O início do reinado de D. Filipe I é marcado pela recusa da Ilha Terceira (e restantes ilhas dos grupos central e ocidental a ela sujeitas), fiel ao candidato à Coroa de Portugal, D. António, prior do Crato, derrotado na batalha de Alcântara, de aceitar a soberania do rei aclamado nas Cortes de Tomar. É neste contexto que é levado o extraordinário sistema fortificado terceirense, o único que nos Açores teve alguma eficácia na defesa de uma ilha.

A União Dinástica concitou contra Portugal os inimigos de Espanha. São pois, deste período, algumas referências ao empenho da Coroa, pelo governo de Portugal, na fortificação das costas das ilhas, em extensão que as fontes até agora conhecidas não permitem determinar.

Para o início deste período – finais do século XVI –, Gaspar Frutuoso não identifica qualquer fortificação em Santa Maria; apenas algumas peças de fogo junto à ermida de Nossa Senhora da Conceição.

A Restauração da Casa de Bragança, de 1640, no trono de Portugal, veio afastar significativamente o curso europeu no Atlântico Norte: manteve-se, porém, o curso argelino. A crise dinástica em Espanha, já para finais do século XVII, trouxe novos perigos aos nossos mares, com reforço da fortificação marítima.

A primeira informação documental que conhecemos sobre a fortificação da Praia Formosa é-nos dada pelo general António do Couto Castelo Branco, nas suas *Memórias Militares...*, no início do século XVIII. Identifica ele “o forte de Nossa Senhora dos Prazeres, da Praia, e os dois redutos”. Na indefinição tipológica da época, tratar-se-ia de uma estrutura fortificada mais significativa, formando com outras duas fortificações mais modestas ou simples parapeitos abrigando peças de fogo, sem precisão de localização, o sistema defensivo da baía.

Não conhecemos documentação que nos permita historiar a evolução deste sistema defensivo, nomeadamente, se o forte de Nossa Senhora dos Prazeres deu origem ao forte de São João Batista, ou qualquer dos dois redutos.

O fim do curso no Atlântico Norte ditou a inutilidade da generalidade da fortificação marítima açoriana, de há muito obsoleta e, quiçá, desde sempre insuficiente, com “traçado defeituoso e acanhado, e as suas posições relativas, pela maior parte mal escolhidas”.

Segundo a *Relação dos fortes, castelos e outros pontos fortificados...*, elaborada pela Décima Divisão Militar, em 1862, no lugar da Praia da ilha de Santa Maria existia o forte de São João Evangelista, o castelo de São João Batista e o forte da Baixa do Vigário. Para além desta fortificação se encontrar arruinada, “podia-se desprezar, por a ilha ser de nenhuma importância militar, nem ali existir material algum de guerra”.

Em 1869, um *Relatório a respeito das antigas fortificações militares...* apenas identifica em Santa Maria os fortes de São Brás e de São João; dos outros apenas existiam vestígios. Em nota geral sobre todos eles, acrescenta que, apesar da despesa que se havia feito na sua construção e manutenção, não constava que jamais tivessem servido, exceto para salvas nos dias festivos.

---

A defesa militar dos Açores começou em meados do século XVI, com a criação do serviço de Ordenanças, primeiro em São Miguel, depois na Terceira. Esse serviço das Ordenanças, precursor a nível de todo o Reino, seria estendido a todo o arquipélago a partir de 1570, com a organização das Companhias de Ordenanças, obedecendo ao quadro normativo das Ordenanças sebasticas – *Regimento dos capitães-mores e mais oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé, e da ordem que devem ter em se exercitarem* ou *Regimento das Companhias de Ordenanças*, criado para todo o Reino e suas dependências.

A fortificação dos Açores deve, na generalidade, ser entendida, neste quadro da organização militar das capitãncias-mores das Ordenanças. Cada concelho era responsável pela sua própria defesa. E nela se empenhou a governança concelhia, por iniciativa própria ou por instância do poder central, com a vigia permanente dos mares, o treino dos soldados das Ordenanças, a construção e manutenção da fortificação. Nestas atividades se exercitava o prestígio das elites locais, detentoras dos postos de comando: pela organização militar, se exercia o controlo social. Faltava-lhes, porém, a formação técnica militar e de engenharia necessária para levantar ou sustentar um sistema de forças credível. Muito menos um plano de defesa a nível do Arquipélago, à partida inviabilizado, primeiro por falta de comando centralizado, sempre por falta de recursos financeiros e humanos, e pela dispersão das ilhas e as insuperáveis dificuldades de comunicação entre elas.

Tenha-se presente, que os fortes açorianos – exceção para os da Terceira, que acabaram por servir esse fim – foram construídos, não para resistir a uma ocupação territorial, mas para servir a defesa contra o ataque esporádico de corsários. Mas atente-se, igualmente, que o que atraía o corso aos mares açorianos eram os navios do tráfego comercial intercontinental; não a prosperidade ou a real falta de prosperidade ilhoa – sem prejuízo de, na falta de presa mais substancial, não ser de desprezar o que por cá havia! Aos corsários, o que interessava nas ilhas era, sobretudo, o reabastecimento de frescos. Ora, chegada a *hora da verdade*, para os açorianos, principalmente daquelas ilhas mais isoladas, importava muito mais com eles fazer negócios ou ceder-lhes gratuitamente provisões, do que sacrificar vidas em nome de um rei distante e sujeitar-se a saque.

O que mais releva na fortificação dos Açores é, precisamente, a sua fragilidade. Não pela fragilidade em si, mas pelo empirismo que a inspirou, ou melhor, pela realidade social e económica que lhe esteve subjacente: pequenas comunidades isoladas, dispersas por modestas ilhas no meio do Atlântico, buscando alimento no basalto negro dos vulcões, lutando contra vendavais e esse tremer constante da terra, isoladas do reino pela imensidade do mar, entregues, por isso, ao seu próprio destino e à fé no Espírito Santo, sem qualquer hipótese de pedir ou receber apoio atempado em situação de perigo, acolhendo hospitaleiramente gentes das quatro partidas do Mundo ou em alerta constante contra os salteadores emergindo das brumas do anticiclone, e durante séculos no centro da História da Humanidade graças à sua posição estratégica na confluência das principais rotas do comércio marítimo intercontinental.

Se buscarmos nas instituições açorianas aquela que mais **especificamente** moldou o espírito das suas gentes teremos que realçar o sistema de defesa militar das ilhas.

Assim, urge, sobretudo e na ausência de mais recursos, classificar e consolidar todas as estruturas que ainda restam, mesmo em ruínas, do sistema fortificado dos Açores. Cada pedra que dele resta é uma relíquia identitária da nossa açorianidade.

Importa acarinhar e sustentar as iniciativas da comunidade civil na defesa do seu património. Bem-haja aos marienses!